

A ascensão do romance na periferia celta: Um estudo sobre a composição política, didática e antirromanesca de Castle Rackrent

The Rise of the Novel in the Celtic Periphery: A Study on the Political, Pedagogical and Antinovelistic Composition of Castle Rackrent

Michelle Andressa Alvarenga de Souza

Resumo: *O presente artigo demonstra como a percepção da união na diferença pode ser identificada no romance Castle Rackrent de Maria Edgeworth, publicado em 1800. Esta breve investigação se debruça sobre o didatismo dessa obra ficcional, classificada como National Tale. Este trabalho ainda explora a mediação proporcionada por sua estrutura formal, sobretudo o aparato paratextual, e reflete acerca do desafio da formação de uma dimensão conciliatória no romance, que não traz o casamento como superação do conflito narrativo. Mostra-se, ainda, como os desafios sociais impostos pela conturbada realidade da periferia celta impedem a composição de um romance realista e resultam em uma espécie de antirromance, que evidencia as contradições e ambivalências da realidade irlandesa em um momento crítico da história. Conclui-se demonstrando como o romance estudado apresenta uma solução ideológica que pode ser percebida em duas frentes: a de uma reforma feita pela elite da ascendência anglo-irlandesa, capaz de manter o status quo preservando as tradições do país; e uma atitude assimilativa por parte da Grã-Bretanha na ocasião da União com a Irlanda, que incorpore a alteridade ao invés de rejeitá-la.*

Palavras-chave: *Romance político irlandês; National Tale; Irlanda; Grã-Bretanha; Ato de União.*

Abstract: *This paper demonstrates how the perception of union in the difference can be perceived in the novel Castle Rackrent written by Maria Edgeworth*

and published in 1800. It investigates the pedagogical aspects of this fictional narrative, classified as National Tale, and explores the mediation offered by its structure, especially the paratextual elements. At the same time, it reflects about the challenges of forming a conciliatory dimension in the novel, which does not bring marriage as the solution to the narrative conflict. This work argues that the social challenges imposed by the troubled reality of the Celtic periphery do not allow the composition of a realist novel and result in a sort of antinovel, which marks the contradictions and ambivalences of Irish reality at a critical moment of history. It concludes by demonstrating how this novel presents an ideological solution that can be identified in two fronts: a reformist perspective supported by the Anglo-Irish elite, which would allow the preservation of the status quo and of the traditions of the country; and an act of assimilation to be performed by Great Britain at the time of its union with Ireland, one that incorporates the alterity instead of rejecting it.

Keywords: *Irish Political Novel; National Tale; Ireland; Great Britain; Act of Union.*

Introdução

Este estudo analisa o romance *Castle Rackrent*, escrito por Maria Edgeworth e publicado em 1800, como um exemplar da literatura irlandesa que discute união e diferença no contexto do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda no começo do século XIX. Ele explora como o texto literário em questão, com seus aparatos textual e paratextual, discute a problemática da união de uma nação formada por componentes que se diversificam no campo étnico, cultural, linguístico e religioso.

Com atenção especial ao contexto histórico do Ato de União e ao contexto literário irlandês com o surgimento do subgênero híbrido *National Tale*, este artigo se debruça sobre o forte apelo didático deste romance político irlandês no centro do Império Britânico. Busca-se demonstrar como *Castle Rackrent*, ao mesmo tempo em que educou o leitor inglês acerca da alteridade irlandesa e buscou superar preconceitos coloniais por meio da simpatia, também proporcionou à maioria católica irlandesa uma representação mimética dos costumes e tradições de seu país e a denúncia das condições injustas impostas a eles pelo sistema de posse de terras e pelas cicatrizes das *Penal Laws*. Ressalta-se, além disso, que o romance também

alerta a minoria da ascendência anglo-irlandesa protestante acerca dos riscos que ameaçam o *status quo* que lhes mantinha no poder.

O objetivo central desta breve investigação é demonstrar que esse romance de Maria Edgeworth procura refletir sobre quais seriam as possibilidades da Irlanda em relação a um contexto político crítico, que colocava a Irlanda e os irlandeses (católicos e protestantes) entre a ameaça de uma revolução sangrenta, como a ocorrida na França uma década antes, e a supressão de sua identidade, cultura e tradições por meio da união parlamentar com a Grã-Bretanha, a qual resultaria na supressão do parlamento irlandês em Dublin e levaria a tomada de decisões acerca da Irlanda e dos irlandeses para Londres.

Ao instrumentalizar a ficção para o centro do debate político, Maria Edgeworth pontua cuidadosamente a iminência da provável perda de identidade por parte dos irlandeses ao renunciarem à independência legislativa alcançada em 1782 por meio do pedido de ajuda à Grã-Bretanha após a sangrenta rebelião de 1798. Fala-se explicitamente das incertezas que a anexação da Irlanda ao Reino Unido traria no Prefácio e nas notas do editor, ambos escritos pela voz autoral de Edgeworth. Essas menções deixam clara a preocupação da autora acerca dos efeitos da chamada união para o povo irlandês e a análise a seguir demonstrará como esta percepção pode ser identificada no texto literário.

Castle Rackrent: A história da ruína de uma família da ascendência anglo-irlandesa

O romance *Castle Rackrent* foi publicado à luz do Ato de União que anexou a Irlanda ao Reino Unido da Grã-Bretanha. Ele é composto por três partes distintas, mas complementares: (1) o prefácio, (2) as memórias de Thady Quirk sobre a história da família Rackrent e (3) as notas do editor, o glossário e as anotações da autora. Ainda que as partes 1 e 3 estejam desassociadas da narrativa principal, como veremos mais adiante, elas estabelecem um diálogo direto com a parte 2 e influenciam substancialmente a recepção do texto por parte do leitor. Estes elementos paratextuais serão, portanto, considerados partes constituintes deste trabalho literário que oferecem mais vozes à narrativa já bastante polifônica feita por Thady acerca da ruína da família Rackrent, causada pela negligência e indiferença dos últimos três herdeiros irlandeses.

O prefácio justifica o conteúdo da história de Thady Quirk e valida-o como narrador e biógrafo. Ele começa explicando como histórias privadas emergem pelo amor à verdade, algo pouco abordado pelos historiadores. Portanto, o biógrafo deve ser valorizado por trazer à luz as cartas, os diários e as conversas de pessoas importantes (EDGEWORTH, 2007, p. 3). O prefácio também adverte o leitor de que Thady escreveu a história da família Rackrent em sua língua vernacular, um Hiberno-English que não foi traduzido propositalmente para evitar que dúvidas fossem levantadas sobre a autenticidade da história contada. Ele conclui informando que o tipo de pessoa retratado no romance pelos Rackrents do sexo masculino (bêbados, briguentos e indiferentes) não podem mais ser encontrados na Irlanda no ano de publicação do romance, o que deixa claro que a narrativa representa o povo irlandês antes da união com a Grã-Bretanha.

O prefácio também é importante por advertir a suposta perda iminente de identidade por parte da Irlanda quando a união com a Grã-Bretanha fosse consolidada. Ele transmite a ideia de que velhos costumes e tradições irlandesas estão sob ameaça e que é válido deixar a alteridade irlandesa registrada por meio desse texto.

Intitulado *Castle Rackrent: an hibernian tale. Taken from facts, and from the manners of the Irish squires before the year 1782*, o romance deixa claro que os acontecimentos narrados por Thady antecedem o ano em que a Irlanda alcançou a independência legislativa com o estabelecimento de um parlamento irlandês em Dublin. A escolha por esta data para a narração dos acontecimentos da família não é arbitrária pois, como afirma Susan Kubica Howard (2007, p. xvi, tradução nossa), a fundação do parlamento irlandês “ofereceu esperança aos irlandeses quanto à possibilidade da criação de uma identidade irlandesa digna e forte”.¹

Em seguida, o leitor encontra a história de quatro herdeiros da linhagem Rackrent, contada por Thady Quirk, o *steward* da família. Ela possui um aspecto polifônico e o narrador dá lugar a diálogos, cartas, segredos e brigas. Os leitores podem identificar várias vozes à medida em que a história é contada. Essencialmente, Thady cobre a ascensão e queda de quatro herdeiros da família - Sir Patrick, Sir Murtagh, Sir Kit e Sir Condy - devido às suas próprias ações e descuidos.

Sir Patrick Rackrent, nascido Patrick O’Shaughlin, abdicou de suas raízes celtas e da religião católica para poder herdar o nome e a propriedade de seu primo. É possível identificar, já na primeira geração, que os personagens irlandeses abandonam traços característicos da identidade irlandesa para ascender socialmente e obter a posse de terras, já que a conversão à

religião protestante é imperativa. Patrick Rackrent foi amado pela comunidade e era famoso pelas festas que costumava organizar no castelo. Ele era, entretanto, um alcoólatra que morreu devido aos seus abusos com a bebida e cujo corpo foi confiscado para forçar seu filho e herdeiro, Murtagh, a pagar as dívidas do pai.

Sir Murtagh, um advogado, casou-se por interesse com uma mulher rica mais velha do que ele. A sua esposa era, segundo Thady, uma “grande economista” (EDGEWORTH, 2007, p. 14) que conseguia administrar a casa com pouquíssimas despesas. Ela o fez cobrando tudo o que podia de seus *tenants*, muitas vezes forçando os camponeses a abandonarem as suas próprias fazendas para trabalhar nas terras da família Rackrent. Este relato corrobora a historicidade da relação predatória entre os donos de terra e os camponeses que as arrendavam:

o relacionamento entre camponeses e os donos de terra ou seus agentes na Irlanda desta época era complicado e, em geral, o costume favorecia o proprietário e prejudicava severamente os inquilinos das terras. Sir Murtagh e sua esposa estão determinados a sugar o máximo de seus inquilinos, requerendo animais, trabalho extra, dinheiro ou *weeds*² (HOWARD, 2007, p. xiv).

Enquanto a esposa fiscalizava os empregados e explorava os *tenants*, Sir Murtagh redigia severos contratos de aluguel das terras do *estate* e estava pronto a mover um processo legal contra seus vizinhos por qualquer pequeno motivo. Ele alegava ter um processo legal para cada letra do alfabeto, os quais lhe custavam muito, sobretudo quando perdia. Esta situação forçou o início da decadência dos Rackrents, já no segundo herdeiro, que foi forçado a vender partes da propriedade da família para acompanhar o ritmo de seus gastos processuais.

Murtagh morreu subitamente, quase ao acaso, durante uma briga com a esposa por questões de dinheiro e, então, seu irmão mais novo, Kit, tornou-se o proprietário do Castelo Rackrent. Kit revelou-se um *absentee* viciado em jogos e apostas, que gastava os recursos do *estate* e da família para manter-se em Bath, na Inglaterra. A exploração dos *tenants* sob sua negligente gestão também é muito problemática. E foi precisamente essa negligência com a administração da propriedade que Kit demonstrou ter que permitiu o início da ascensão daquele que traria a ruína definitiva da linhagem Rackrent. Foi durante o tempo em que Kit era proprietário da terra que Jason Quirk, filho de Thady, começou a obter uma posição de protagonismo no dia a dia da administração das terras e dos negócios da família.

A propensão de Murtagh de processar todos por motivo algum é substituída em Kit pela propensão de duelar com todos por qualquer coisa. E foi em um desses duelos que o terceiro herdeiro perdeu a vida, dando lugar ao último proprietário da linhagem sanguínea Rackrent: Sir Condy.

Como dito anteriormente, Jason começa a ganhar espaço na administração dos negócios com a autorização de Sir Kit, que o admite primeiro como *tenant* e depois lhe confia o cargo de *agent* da propriedade. Mas é sob o olhar míope de Sir Condy que Jason articula a tomada de poder sobre a propriedade e sobre o título Rackrent. A grande especulação acerca deste complô é se o pai, o narrador Thady, estaria envolvido no processo.

Devido aos excessivos gastos de Isabela, a esposa que Condy escolheu ao acaso, jogando uma moeda no ar, Jason predispõe-se a comprar um pedaço de terra da propriedade, oferecendo alívio imediato ao *landlord* e livrando-o da prisão. É com esta pequena aquisição, com a qual Thady se alegra imensamente, que Jason dá o primeiro grande passo para se tornar dono de tudo o que um dia pertenceu à família que seu pai e avô haviam servido por toda a vida.

É importante ressaltar que não há relacionamentos positivos na história. Nem de pai para filho, nem entre marido e mulher, nem mesmo entre amigos. A amizade que Thady e Jason aparentemente nutrem por Condy mostra-se ilusória e ambígua à medida em que a tomada das terras e do poder vai acontecendo. O único sinal de amor verdadeiro do romance é frustrado em suas últimas páginas, quando o leitor descobre que Judy não nutre afeição alguma por Condy e só estava interessada no dinheiro e prestígio social que o casamento com um Rackrent poderia lhe trazer.

A questão de como o casamento é representado neste romance é um elemento importante porque é colocado, ao contrário dos outros romances do mesmo período publicados na Inglaterra e na Escócia, como um gerador de conflito ao invés de um elemento conciliatório. A impossibilidade de felicidade no casamento e da geração de herdeiros a partir desta união evidenciam a atmosfera de estagnação e infertilidade que este romance de Edgeworth transmite.

Antes de prosseguirmos para as próximas seções deste artigo, cabem alguns comentários sobre o enredo. Nenhum dos proprietários constrói nada, nenhum deles é capaz de transformar o *estate* da família ou modificar as relações sociais, sobretudo a relação com os *tenants*. A sucessão de herdeiros sem uma conexão clara entre eles, a dissipação ou extorsão do

que se possui em termos de dinheiro e terras e o recomeço a cada troca de proprietário dão um aspecto episódico à narrativa, evidenciando o aspecto romanesco dessa obra literária.

Mary Jean Corbett (2004) explica que a indisciplina da família Rackrent é representada como fonte de desordem social e política em toda a comunidade, enquanto Gerry Brookes (1977) reforça esse entendimento refletindo que a maneira como Thady é chamado pelos seus padrões reflete a decadência causada a ele pela família. O narrador que começa o romance sendo chamado de “*Honest Thady*”, termina-o como “*Poor Thady*”, como um “resultado do declínio da família” (BROOKES, 1977, p. 597).

Uma vez que são diretamente afetados pela negligência da família, o povo (representado por Jason e Thady Quirk) busca uma mudança de condição social e consegue, como vimos, tomar o poder para si. Não podemos nos esquecer que já na primeira página da narrativa, Thady nos deixa claro que agora desfruta do conforto da mansão da família que costumava servir, já que escreve as memórias de frente ao retrato de Patrick Rackrent. Ao considerarmos que os retratos da família costumam estar dispostos em cômodos de prestígio, como a biblioteca ou a *drawing room*, o leitor atento identifica, já no início do romance, que Thady escreve as memórias em uma posição diferente daquela em que esteve no decorrer da história. Fica claro, de início, que ele possui uma posição mais confortável devido à ascensão social de seu filho.

Também é evidente que Maria Edgeworth tem consciência do crescimento do prestígio social de uma classe média de origem católica, convertida ao protestantismo – uma classe média que, como fez Jason, poderia instrumentalizar as instituições para reverter a situação e ocupar o lugar de poder que, à época, pertencia à ascendência anglo-irlandesa. Como discutiremos nas seções a seguir, o fechamento problemático do romance, que mostra Jason repetindo a mesma atitude isolacionista dos *landlords* anteriores, demonstra que esta classe média não seria capaz de oferecer um consenso que solucionasse a divisão dentro da Irlanda. Somente a elite irlandesa poderia oferecer uma solução ideológica adequada à manutenção da independência irlandesa e respeito às tradições e costumes do povo.

O *National Tale*: Uma resposta às mudanças políticas e ideológicas da Inglaterra e da Irlanda

Castle Rackrent reflete sobre os riscos de ruína da ascendência anglo-irlandesa protestante e dos perigos da tomada de poder por parte do povo. A decadência da família Rackrent por meio

dos atos dos últimos quatro herdeiros funciona como uma alegoria para a situação social na virada dos séculos XVIII e XIX e almeja criticar o formato do *status quo* daquela época para tentar manter a estrutura social da Irlanda.

O *National Tale* é um subgênero híbrido que incorpora aspectos do novelístico e do romanesco (Ferris, 2004). Originário na chamada periferia celta, possui uma dimensão didática que costuma ser reforçada pelo aparato paratextual, que almeja tornar a alteridade irlandesa inteligível para o leitor do centro do Reino Unido.

O *National Tale* é um romance político que não só esmaece a distinção entre romance jacobino e anti-jacobino, como, ao contrário deles, não tenta neutralizar o dialogismo intrínseco da forma novelística. A manutenção do dialogismo permite a construção de duas coisas que são fundamentais para pensar o romance *Castle Rackrent* pelo viés da união na diferença: (1) defender e criticar o status quo de maneira simultânea e (2) apelar ao mesmo tempo ao público irlandês e inglês, que, se pensado em um contexto de união, seria o público nacional.

A defesa e a crítica ao status quo é a desafiadora tarefa que os romancistas irlandeses da virada dos séculos XVIII e XIX precisaram superar. De acordo com Chris Fauske e Heidi Kaufman (2004, p. 14) Maria Edgeworth

procura afastar-se da estrutura de poder que ela critica, mas que, estranhamente, permite a ela que fale a partir de uma posição privilegiada. Suas tentativas de reconstruir e celebrar a cultura irlandesa enquanto, simultaneamente, reprova os efeitos do imperialismo britânico têm o efeito de identificar uma espécie de Irlanda desmembrada que ela valida pessoalmente como algo seu e culturalmente como algo por ela resgatado.³

Ainda que haja um predomínio no alinhamento político com o centro inglês, que a dimensão didática de *Castle Rackrent* seja direcionada ao público da Inglaterra e que haja um medo por parte da ascendência anglo-irlandesa de que as massas se rebelem, fica claro como o romance demonstra que não dá para defender um arranjo constitucional que resulta em uma sociedade tão injusta como a irlandesa.

É nesse sentido que essa obra literária possui uma qualidade mediadora e é, ao mesmo tempo, conflitiva e conciliadora. Ela evidencia a alteridade cultural e linguística irlandesa em um contexto de opressão, sobretudo financeira, para permitir a geração de uma simpatia no público inglês. Enquanto o público inglês é alcançado por meio do didatismo inequívoco do *National Tale*, o público irlandês é alcançado pela dimensão mimética e por reconhecer na

obra a representação dos costumes do seu próprio país. Além disso, cabe acrescentar que o público irlandês também reconheceria a representação crítica de uma sociedade injusta, na qual eles, os irlandeses, não conseguem construir nada.

O *National Tale* poderia ser definido, seguindo o raciocínio de Corbett (2004), como um instrumento ideológico que buscava prescrever a assimilação ao invés do domínio. Segundo a autora:

Determinar a assimilação ao invés da conquista, o governo consensual ao invés da legislação coercitiva, o paradigma Burkeniano para anexar a Irlanda à Inglaterra requeria o desenvolvimento de instrumentos ideológicos que promovessem esses objetivos, arte da paz ao invés da arte da guerra, da influência ao invés da dominação: na revolucionária década de 1790 na Irlanda, em meio à luta por representação política e pela reforma travada majoritariamente por e para homens, talvez não seja uma surpresa que tal tarefa recaiu sobre as mulheres protestantes. O projeto de Burke encontra seu lar ideológico na esfera cultural feminina do romance e, especialmente, nas mãos de Maria Edgeworth.⁴ (CORBETT, 2004, p. 39)

Em face da iminente união, *Castle Rackrent* demonstra que há lugar para diversas alteridades no Reino Unido e que o próprio romance, como veremos a seguir, é um exemplo disso. Portanto, quando a Irlanda fosse anexada à Grã-Bretanha, seria importante haver uma política integracionista por parte dos ingleses e escoceses quanto à diferença que os irlandeses trarão à união, uma diferença que pode agregar, uma vez que são um povo com tradições culturais ricas, antigas e dignas de registro e respeito.

***Castle Rackrent* como um antirromance: A alta carga de ficcionalidade do aparato paratextual**

Os desafios sociais impostos pela conturbada realidade da periferia celta impedem a composição de um romance realista nos moldes do postulado por Ian Watt. Na introdução de *Castle Rackrent*, Howard (2007) fornece uma noção suscinta do principal elemento identificável na história: a falta, *the lack of something*. Segunda ela, *Castle Rackrent* “é sobre a falta – a falta de foco sentimental, a falta de figuras heroicas, a falta de experiências culturais compartilhadas e a falta de uma perspectiva unificada e de uma voz para descrevê-la”⁵ (HOWARD, 2007, p. xxxiii).

A realidade de pobreza, violência, preconceito étnico, tensão religiosa e constante agitação social devido às reivindicações pela emancipação dos católicos não fornece o contexto de sociedade estável e unitária para a construção de um romance ordenado. No caso de *Castle Rackrent*, ao invés de um romance com unidade de ação, encontramos uma narrativa novelístico-romanesca regida pelo acaso, movida por uma sucessão de eventos de força maior que superam a capacidade do indivíduo, que não tem agência, que nada decide e que nada alcança. O momento que talvez deixe isso mais claro é a decisão de Sir Condy de escolher a mulher com quem passaria o resto da sua vida jogando uma moeda para o alto.

Com forte apelo didático, o *National Tale* configura-se como uma espécie de antirromance por constantemente evidenciar a sua ficcionalidade por meio de um generoso e indispensável aparato paratextual. Este paratexto é especialmente notável em *Castle Rackrent*, já que constitui 29 das 86 páginas do romance, totalizando aproximadamente 34% do texto.

Em *Castle Rackrent*, Maria Edgeworth desenvolve estratégias ficcionais que mantêm o didatismo do romance político e legitimam cada um dos componentes da contraditória realidade irlandesa. O prefácio e a nota do editor desempenham esta função, apresentando Thady Quirk como um narrador confiável, explicando que a língua vernácula foi mantida para evitar questionamentos sobre a autenticidade da história narrada. Além disso, são as notas e o glossário que permitem incluir na obra o popular (representado pela tradição irlandesa) e o vernacular (representado pela escolha linguística de permitir que Thady narre em *Hiberno-English*). Deste modo, o paratexto traduz a alteridade irlandesa ao público inglês.

Na realidade, todo o aparato paratextual (prefácio, notas do editor e da autora e o glossário), ao nosso ver, deve ser considerado como parte integrante do trecho narrativo uma vez que, em *Castle Rackrent*, as dimensões ficcional e não-ficcional não podem ser claramente distinguidas.

Enquanto um romance antirrealista, *Castle Rackrent* reflete a desordem da Irlanda e evidencia as contradições e ambivalências da realidade irlandesa em um momento crítico da história, no qual os irlandeses encontram-se entre o enfrentamento de uma revolução popular ou da perda de sua identidade por meio da união com a Grã-Bretanha. E é sobre esta dupla ameaça que as seções a seguir se debruçarão.

A união entre a Irlanda e o reino da Grã-Bretanha

Castle Rackrent estabelece uma ambivalência em relação a este tratado internacional entre países. Enquanto a voz autoral do prefácio fala da iminente “perda de identidade” do povo irlandês, a nota do editor que aparece depois da narrativa de Thady reflete que “é um problema de difícil solução determinar se uma União vai apressar ou retardar a melhora deste país” (EDGEWORTH, 2004, p. 64).⁶

Fauske e Kaufman (2004, p. 13) afirmam que Maria Edgeworth, como seu pai, se opôs ao Ato de União. Howard (2007) explica que Richard Lovell Edgeworth votou contra o Ato de União somente porque as negociações para alcançá-lo estavam envolvendo atos de corrupção, ainda que ele fosse a favor de sua aprovação. Corbett (2004, p. 39) alega que “Edgeworth vê a Irlanda como necessária à Grã-Bretanha imperial, ainda que subordinada a ela”.⁷

Esta investigação não buscará tomar partido quanto à visão que *Castle Rackrent* transmite sobre as incertezas da união entre Irlanda e Grã-Bretanha e, por isso, buscará desenvolver possíveis interpretações oriundas daquilo que vemos como uma posição ambígua do texto.

Foi possível identificar que, por um lado, a obra literária em análise oferece uma solução implícita por meio da realização de uma reforma por parte da elite de ascendência anglo-irlandesa, protestante. Enquanto, por outro lado, promove a assimilação cultural da tradição irlandesa ao invés de sua rejeição por parte da Inglaterra e da Escócia na ocasião da união da Grã-Bretanha com a Irlanda.

Ao demonstrar a difícil situação do povo irlandês nas mãos de *landlords* incapazes e negligentes, ao mesmo tempo em que evidencia o perigo da ascensão social do povo (representado no romance por Jason), *Castle Rackrent* deixa implícito um traço típico do conservadorismo irlandês, ao qual Edgeworth se associava: um conservadorismo pró-reforma. Demonstra-se, por meio desta representação ambígua dos anglo-irlandeses e dos próprios irlandeses, que o mais adequado para a Irlanda seria uma reforma conduzida pela ascendência anglo-irlandesa, que entende e respeita as tradições e os costumes do povo irlandês.

Corbett (2004, p. 41) alega que o romance pode ser lido como um apelo pela reforma, uma reforma capaz de dar àqueles que mandam “uma apreciação por parte daqueles injustamente comandados por eles, capaz de tornar estes governantes capazes de inspirar um tipo de lealdade e capaz de minimizar as divisões entre as classes visando à harmonia social”.⁸

Howard (2007, p. xxxi) pontua, entretanto, que também é possível identificar em *Castle Rackrent* “uma ponte, ou identidade fronteira, que é alcançada pelo próprio romance: pela sua combinação da história contada por Thady com as notas e o glossário do editor, que fornecem uma integração das sensibilidades irlandesas e inglesas, mitigando as fronteiras genéricas”.⁹

Este artigo não almeja julgar qual aspecto é mais proeminente no romance. Ele busca evidenciar como ambos podem ser identificados no texto e como ambos fornecem reflexões valiosas para a interpretação de *Castle Rackrent* com base na noção de união na diferença.

Conclusão

Maria Edgeworth busca, por meio do *National Tale*, educar o leitor inglês e vencer, pela simpatia, os preconceitos que ele possa ter em relação ao povo irlandês. Walter Scott afirmou que os romances de Maria Edgeworth fizeram “mais para a consolidação da União do que todos os processos legislativos que a seguiram”¹⁰ (SCOTT, apud FERRIS, 2004, p. 12-13). Isso, segundo Ferris (2004), aconteceu justamente devido à capacidade que os textos de Edgeworth tinham de causar simpatia no público inglês quanto à situação do povo irlandês.

A conclusão a que este artigo chega é que, alcançando os públicos inglês e irlandês (este último em sua completude, fornecendo elementos que apelam tanto para a maioria católica quanto para a minoria protestante), Maria Edgeworth oferece, em *Castle Rackrent*, uma conscientização política que almeja manter a união em dois sentidos: o primeiro seria a união da própria Irlanda, evitando uma revolta popular; e o segundo seria a união com a Grã-Bretanha.

A manutenção da união irlandesa seria viável somente por meio de uma reforma conduzida pela elite anglo-irlandesa, a qual, oferecendo uma estruturação social mais justa e favorável à emancipação católica e aos camponeses, manteria o *status quo* e permitiria a continuidade da interlocução com o centro do império.

A união com a Grã-Bretanha, por sua vez, quando consolidada, deveria ter uma construção assimilativa, integradora e inclusiva – dando lugar à alteridade irlandesa representada no romance. Ao evidenciar a união na diferença no próprio corpo do romance (dando voz ao vernacular de Thady e incorporando as suas tradições e sua cultura, dando voz à ascendência anglo-irlandesa pelo aparato paratextual sob a voz autoral de Edgeworth; e respondendo antecipadamente aos questionamentos que poderiam surgir na cabeça do

leitor inglês), *Castle Rackrent* permite que distinções significativas convivam em um livro e façam parte de um todo, ainda que este todo seja ambíguo e confuso. Ao possibilitar o convívio das vozes irlandesa, anglo-irlandesa e inglesa no romance, Maria Edgeworth acomoda simultaneamente as diferenças do povo irlandês católico, do povo inglês protestante e da ascendência anglo-irlandesa que é irlandesa e protestante, ou seja, um pouco de cada um e nenhum deles ao mesmo tempo. Sendo um *National Tale* que visa educar o leitor inglês, *Castle Rackrent* promove, portanto, uma possibilidade de união que incorpora a diferença, ao invés de rejeitá-la.

O que é mais inteligível é a identificação da construção de uma espécie de meio-termo que se adequa às duas frentes da solução ideológica apresentada. Foi argumentado anteriormente que a Irlanda da virada do século XVIII para o século XIX se viu diante de uma dupla ameaça: a ameaça de uma rebelião popular e a ameaça da perda de identidade. O meio-termo capaz de impedir a primeira ameaça seria a reforma mais adequada para a realidade de pobreza e violência da Irlanda no fim do século XVIII: não um controle externo por parte do seu irmão-nação, a Inglaterra, mas uma reforma conduzida pelos próprios irlandeses, pela minoria da ascendência anglo-irlandesa mais especificamente. Uma reforma que, oferecendo mais justiça aos camponeses e a emancipação dos católicos, permitiria a estabilização dos ânimos revolucionários na ilha da Irlanda e manteria tanto o *status quo* da ascendência anglo-irlandesa quanto a continuidade da interlocução com o centro do Império Britânico.

O meio-termo que, por sua vez, neutralizaria a ameaça de perda de identidade diante da união da Irlanda com a Grã-Bretanha seria a assimilação (e não a rejeição) dos irlandeses e de suas tradições à nova configuração política do Reino Unido.

Notas

¹ Texto original em língua inglesa: “1782 was also the year that brought legislative independence to Ireland and a sense of renewed hope in the possibility of a strong and dignified national identity for Ireland.” (HOWARD, 2007, p. xvi). Todas as citações deste estudo foram traduzidas pela autora. Por isso, com a finalidade de evitar o excesso de repetições, não será mais feita a indicação de “tradução nossa”.

² “the relationship between tenants and landlords or their agents in Ireland at this time was complicated, and, in general, the customs favored the landlord and sometimes severely disadvantaged the tenant. Sir Murtagh and his lady seem intent on squeezing from their tenants every last duty owed them, be it livestock, work, money, or weeds.” (HOWARD, 2007, p. xiv)

³ “attempts to get out from under the very power structure she critiques, but that, oddly enough, enables

her to speak from a position of power. Her earnest efforts to reconstitute and celebrate Irish culture while simultaneously admonishing the effects of British imperialism have the apparition-like effect of identifying a kind of disembodied Ireland she both claims personally and reclaims culturally as valid” (FAUSKE; KAUFMAN, 2004, p. 14).

- ⁴ “Prescribing assimilation rather than conquest, consensual rule over coercive legislation, the Burkean paradigm for attaching Ireland to England required the development of ideological instruments that would promote these ends, arts of peace rather than of war, of influence instead of domination: in the revolutionary 1790s in Ireland, amidst the struggle for political representation and reform waged largely by and for men, it is perhaps not surprising that such work fell to protestant women. Burke’s project finds its ideological home in the feminine cultural sphere of the novel, and especially in the hands of Maria Edgeworth” (CORBETT, 2004, p. 39).
- ⁵ “Castle Rackrent is about lack—lack of sentimental focus, lack of heroic figures, lack of shared cultural experience, and lack of unified perspective and voice to describe it” (HOWARD, 2007, p. xxxiii).
- ⁶ “It is a problem of difficult solution to determine, whether an Union will hasten or retard the melioration of this country” (EDGEWORTH, 2004, p. 64).
- ⁷ “Edgeworth understands Ireland as necessary to an imperial Great Britain, albeit subordinate to it” (CORBETT, 2004, p. 39).
- ⁸ “To win the rulers to an appreciation of those they had unjustly ruled; to make those rulers capable of inspiring the kind of (misplaced) loyalty the Rackrents inspire; to minimize sectarian divisions in the interests of social harmony”. (CORBETT, 2004, p. 41)
- ⁹ “In Castle Rackrent, a bridge, or border identity, is achieved by the novel itself: by its combination of Thady’s story with the editor’s Glossary and notes, which provide an integration of Irish and Anglo sensibilities with the blurring of the generic boundaries” (HOWARD, 2007, p. xxi).
- ¹⁰ “[...] he declared that the novels of Maria Edgeworth had done more “towards completing the Union, than perhaps all the legislative enactments by which it has been followed up” (SCOTT, apud FERRIS, 2004, pp. 12-13).

Referências

- BROOKES, Gerry H. “The Didacticism of Edgeworth’s *Castle Rackrent*”. In: **Studies in English Literature, 1500-1900**. Vol. 17. No. 4. Nineteenth Century, 1977, pp. 593-605.
- CORBETT, Mary Jean. **Allegories of Union in Irish and English writing, 1790 – 1870: Politics, History and Family from Edgeworth to Arnold**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- EDGEWORTH, Maria. **Castle Rackrent**. Cambridge: Hackett Publishing Company, 2007.
- FAUSKE, Chris; KAUFMAN, Heidi (ed.). **An Uncomfortable Authority: Maria Edgeworth and Her Contexts**. Newark: University of Delaware Press, 2004.
- FERRIS, Ina. **The Romantic national tale and the question of Ireland**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ABEI Journal – The Brazilian Journal of Irish Studies, v. 26, n. 1, 2024.

HOWARD, Susan K. “Introduction”. In: EDGEWORTH, Maria. **Castle Rackrent**.
Cambridge: Hackett Publishing Company, 2007.